

Unidades de Conservação mais desmatadas são vizinhas das grandes obras na Amazônia

Categories : [Notícias](#)

Embora essenciais na luta contra o avanço do desmatamento, 10% do total de florestas derrubadas entre agosto de 2012 e julho de 2014 ocorreu dentro de Unidades de Conservação. Nesse período, foram destruídos 1,5 milhões de hectares na Amazônia, quase 10 vezes o tamanho da cidade de São Paulo.

De acordo com [estudo do Imazon](#) divulgado esta semana, apenas nas áreas localizadas dentro das Unidades de Conservação foram desmatados 158,4 mil hectares. Isto corresponde a um terreno um pouco maior que a cidade de São Paulo, que tem 152,1 mil hectares. No total, 160 UCs foram afetadas. O estudo focou em 50 dessas unidades, consideradas críticas justamente por concentrarem 96% da perda florestal ocorrida no período.

Os motivos que levam as unidades a serem alvo fácil de desmatadores são conhecidos: falhas na implementação das áreas somadas com aumento da pressão externa sobre essas unidades. Ser vizinha de grandes obras de infraestrutura, como hidrelétricas e rodovias, facilita o acesso e aumenta o interesse de grileiros, madeireiros e outros grupos interessados em invadir áreas protegidas, principalmente se a vigilância for quase nula.

Não tirar [unidades de conservação](#) do papel custa caro para o meio ambiente. É nas áreas sem plano de manejo, sem conselho gestor, sem dinheiro e sem servidores que ocorreram a maior parte (81%) da destruição das UCs críticas.

Unidades de proteção integral protegem

O estudo também mostra que unidades de conservação de proteção integral são mais efetivas no combate ao desmatamento do que as de uso sustentável: apenas 5% da derrubada ocorreu no primeiro grupo.

“Nosso estudo aponta as áreas críticas em desmatamento que deveriam ser priorizadas nas ações de implementação e de regularização fundiária de UCs exigidas pelos Tribunais de Contas da União e dos Estados, no final de 2013, e pelo Ministério Público Federal, em junho de 2014”, explica Elis Araújo, pesquisadora do Imazon e autora principal do estudo.

As unidades sob gestão federal se saíram melhor do que as de gestão estadual no quesito áreas desmatadas: 101.611 hectares foram destruídos nas estaduais, o que corresponde a 67% do total.

Mas esse efeito não vale para todos os estados: enquanto esta estatística é válida em Rondônia, por exemplo, no Pará o desmatamento foi maior nas UCs federais do que nas estaduais.

Recomendações

O estudo faz três recomendações para assegurar a integridade das áreas críticas de desmatamento:

1. Punir os crimes associados ao desmatamento ilegal, incluindo a lavagem de dinheiro e formação de quadrilha para negociar terras públicas e comercializar madeira;
2. Retirar posseiros e proprietários rurais de unidades onde sua presença não é permitida;
3. Criar novos assentamentos agrários em terras públicas griladas e, assim, diminuir a pressão sobre a área protegida.

“Em geral, as Unidades de Conservação são eficazes contra o desmatamento e podem ajudar no desenvolvimento local por meio do turismo e do uso sustentável da floresta. Entretanto, os governos não têm investido suficientemente nos planos para que a população local se beneficie destas áreas”, afirma Paulo Barreto, pesquisador sênior do Imazon e co-autor do estudo.

Leia Também

[Infoamazônia lança estudo sobre gastos no combate ao desmatamento](#)

[Árvores bebem nuvens, líderes devem estar bêbados](#)

[Inpe e Imazon: vigilantes do desmatamento na Amazônia](#)